

Editorial

Da atualidade legislativa do mês de dezembro de 2018, destaca-se:

- A Lei nº 70/2018, de 31 de Dezembro, com a publicação das Grandes Opções do Plano para 2019;
- A Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro, que publica o Orçamento do Estado para 2019;
- Decreto-Lei nº 117/2018, de 17 de dezembro, que fixa a Retribuição Mínima Mensal Garantida para 2019 em 600 euros;
- Portaria nº 317/2018, de 11 de dezembro, que atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2018;
- Decreto-Lei nº 110/2018, de 10 de dezembro, que aprova o novo Código da Propriedade Industrial; e
- Decreto-Regulamentar nº 13/2018, de 28 de dezembro, que estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em sede de IRC, para o setor bancário.

Partilha-se também uma síntese da jurisprudência europeia, destacando os acordos relativos a IVA: i) – Valor tributável - Princípio da neutralidade fiscal; e ii) Transmissão de uma universalidade total ou

parcial de bens – Isonomia da locação de bens móveis – Contratos de arrendamento de um imóvel afeto a uma exploração comercial e de aluguer dos bens móveis.

Da jurisprudência do CAAD, elencam-se as decisões emitidas em dezembro de 2018, em matéria de IMI, IMT, IRC, IUC e IVA.

Por fim, para além da súmula das informações vinculativas produzidas pela AT no mês de dezembro de 2018 (em sede dos diversos impostos, releva-se, no âmbito das obrigações fiscais a cumprir em janeiro de 2019:

- Até ao dia 21 – Entrega aos colaboradores dos correspondentes documentos comprovativos das importâncias devidas em 2018, incluindo o imposto retido na fonte e as deduções efetuadas, designadamente, para os regimes de proteção social;
- Até 31 de janeiro, para os sujeitos passivos abrangidos pelo regime de declaração de alterações, em sede de Segurança Social, quanto ao regime dos trabalhadores independentes;
- Até 31 de janeiro, entrega da declaração de alterações em sede de IVA, para os sujeitos passivos abrangidos pelo regime de declaração de IVA previsto no art.º 53.º do CIVA, que tenham ultrapassado, durante o ano de 2018, o limite de 10.000€ de volume de negócios.

Actualidade Legislativa Interna

Anexo	Diploma	Diário República	Descrição
PDE	Lei n.º 66/2018	n.º 232/2018, Série I - 03/12	Cria um Código de Atividade Económica específico para a atividade económica itinerante (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, que aprova a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3).
PDE	Portaria n.º 310/2018	n.º 233/2018, Série I - 04/12	Prevenção do Branqueamento de Capitais - Regulamento o disposto no artigo 45.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto.
PDE	Portaria n.º 316/2018	n.º 237/2018, Série I - 10/12	Sétima alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado pela Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro
PDE	Decreto-Lei nº 110/2018	n.º 237/2018, Série I - 10/12	Aprova o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943.
PDE	Decreto-Lei nº 117/2018	n.º 238/2018, Série I - 11/12	Cria e regulamenta o Programa de Captação de Investimento para o Interior (PC2II).
PDE	Portaria n.º 317/2018	n.º 238/2018, Série I - 11/12	Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2018, face aos dados publicados pelo INE, com referência ao Índice de Preços no Consumidor (exceto habitação) que demonstram ter havido uma variação positiva de 1,38 %.
PDE	Portaria n.º 319/2018	n.º 239/2018, Série I - 12/12	Portaria que aprova a declaração modelo 39 e respetivas instruções de preenchimento, destinada ao cumprimento da obrigação declarativa de Rendimentos e retenções e taxas libertatórias, a qual é de entrega obrigatória pelas entidades devedoras e pelas entidades que paguem ou coloquem à disposição os rendimentos de capitais sujeitos a retenção na fonte pelas taxas previstas no artigo 71.º do CIRS ou sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, cujos titulares sejam residentes em território português e que não beneficiem de isenção, dispensa de retenção ou redução da taxa.
PDE	Portaria n.º 320/2018	n.º 240/2018, Série I - 13/12	Aprova a nova declaração modelo 37 e as respetivas instruções de preenchimento, destinada ao cumprimento da obrigação prevista no artigo 127.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) - Juros de Habitação Permanente, Prémios de Seguro, Comparticipações em Despesas de Saúde, Planos de Poupança Reforma (PPR) e Fundos de Pensões e Regimes Complementares.
PDE	Portaria n.º 321/2018	n.º 240/2018, Série I - 13/12	Aprova a nova declaração modelo 13 e as respetivas instruções de preenchimento, destinada ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no artigo 124.º do CIRS, a ser apresentada pelas instituições de crédito e sociedades financeiras
PDE	Portaria n.º 322/2018	n.º 240/2018, Série I - 13/12	Aprova as novas instruções de preenchimento da declaração modelo 25, destinada ao cumprimento da obrigação declarativa a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 66.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pelas entidades que recebem donativos fiscalmente relevantes no âmbito do regime consagrado neste diploma legal.
PDE	Portaria n.º 324/2018	n.º 241/2018, Série I - 14/12	Aprova a nova declaração modelo 44 e as respetivas instruções de preenchimento, destinada ao cumprimento da obrigação prevista no n.º 5 do artigo 115.º do Código do IRS (a utilizar pelos sujeitos passivos que estejam dispensados e não tenham optado pela emissão do recibo de renda eletrónico).
PDE	Portaria n.º 325/2018	n.º 241/2018, Série I - 14/12	Aprova a nova declaração modelo 10 e as respetivas instruções de preenchimento (Rendimentos e retenções - Residentes), em sede de IRC e de IRC.
PDE	Portaria n.º 326/2018	n.º 241/2018, Série I - 14/12	Determina que o valor da «taxa sanitária e de segurança alimentar mais» para o ano de 2019 é de 7 (euro) por metro quadrado de área de venda do estabelecimento comercial.
PDE	Portaria n.º 330-A/2018	n.º 245/2018, 1.º Suplemento, Série I - 20/12	Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2019.
PDE	Lei nº 69/2018	n.º 248/2018, Série I - 26/12	Sistema de incentivo à devolução e depósito de embalagens de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, relativo ao Regime Unificado dos Fluxos Específicos de Resíduos).
PDE	Decreto-Lei nº 117/2018	n.º 249/2018, Série I - 27/12	Fixa em 600 euros o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2019
PDE	Decreto-Lei nº 122/2018	n.º 250/2018, Série I - 28/11	Altera o regime jurídico que estabelece requisitos de acesso e de exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria
PDE	Decreto-Lei nº 123/2018	n.º 250/2018, Série I - 28/12	Define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.
PDE	Decreto Regulamentar nº 13/2018	n.º 250/2018, Série I - 28/12	Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas relativamente a empresas do setor bancário.
PDE	Aviso n.º 3/2018, do Banco de Portugal	n.º 251/2018, Série II - 31/12, págs 35054/35055	Define os elementos adicionais da fundamentação da decisão de prestar apoio financeiro a uma entidade relativamente à qual estejam preenchidos os requisitos para a aplicação de uma medida de intervenção corretiva, de acordo com o estabelecido num contrato de apoio financeiro intragrupo, em conformidade com as "Orientações que especificam as condições para a prestação de apoio financeiro intragrupo" da Autoridade Bancária Europeia (Orientações EBA/GL/2015/17).
PDE	Lei n.º 70/2017	n.º 251/2018, Série I - 31/11	Grandes Opções do Plano para 2019
PDE	Lei n.º 71/2018	n.º 251/2018, Série I - 31/12	Orçamento do Estado para 2019.

Jurisprudência do CAAD

Imposto	Processo / Anexo	Data Decisão	Tema
IMI	310/2018-T	12/10/2018	AIMI – Inconstitucionalidade.
IMT	316/2018-T	12/7/2018	IMT – Fundos de investimento imobiliário – Isonomia de IMT – Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 118/7.
IRC	471/2017-T	12/4/2018	IRC – Artigo 32.º EBF – Encargos financeiros – SGPS.
IRC	152/2018-T	12/10/2018	IRC – Pagamentos a entidade sujeita a regime fiscal mais favorável.
IRC	223/2018-T	12/10/2018	IRC – Tributação autónoma - Competência do tribunal arbitral - Benefício fiscal - Pagamento especial por conta.
IUC	261/2018-T	12/6/2018	IUC – Locação Financeira – Incidência Subjectiva – Exigibilidade do Imposto.
IVA	61/2018-T	12/7/2018	IVA – Regularização – Insolvência do devedor – Reenvio Prejudicial.
IVA	221/2017-T	12/3/2018	IVA – SGPS; Afectação directa – Despesas Gerais – Pro-rata.
IVA	153/2018-T	12/11/2018	IVA – Erro de escrita ou de cálculo – Rectificação.
IVA	201/2018-T	12/6/2018	IVA – Direito à dedução – Operações simuladas.

Jurisprudência Fiscal TJUE

Anexo	Processo	Descrição
PDE	Processo C 672/17 - 6 de dezembro de 2018 – Tratave	Valor tributável – Redução – Princípio da neutralidade fiscal.
PDE	Processo C-414/17, 19 de dezembro de 2018 – Arex CZ A.S	Aquisições intracomunitárias de bens sujeitos a impostos especiais de consumo – Artigo 138.º, nº 1 e nº 2, alínea b) – Entregas intracomunitárias – Operações em cadeia com um único transporte – Imputação do transporte – Transporte em regime de suspensão dos impostos especiais de consumo – Relevância para a qualificação de uma aquisição intracomunitária.
PDE	Processo C 17/18 - 19 de dezembro de 2018 – Mallat	Transmissão de uma universalidade total ou parcial de bens – Isonomia da locação de bens móveis – Contratos de arrendamento de um imóvel afeto a uma exploração comercial e de aluguer dos bens móveis necessários para essa exploração – Prestações relativas ao imóvel que deram origem à dedução do IVA – Regularização.
PDE	Processo C 629/17 - 6 de dezembro de 2018 - J. Portugal Ramos Vinhos	Diretiva 2008/95/CE – Artigo 3.º, n.º 1, alínea c) – Motivos de nulidade – Marca nominativa constituída exclusivamente por sinais ou indicações que podem servir para designar as características de um produto ou de um serviço – Outras características de um produto ou de um serviço – Instalação de produção do produto – Marca nominativa constituída exclusivamente por um sinal que designa produtos vinculados e por um nome geográfico que constitui um elemento verbal da denominação social do titular da marca.

Doutrina Administrativa e Informações Vinculativas

Síntese das Instruções Administrativas

Anexo	Diploma	Documento	Descrição
PDE	Ofício Circulado n.º 30206/2018	IVA	– Derrogação à regra de localização aplicada às prestações de serviços de telecomunicações, radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica, quando efetuadas a pessoas que não sejam sujeitos passivos do imposto. – Alteração ao regime especial para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2014, de 24 de outubro (Mini Balcão Único).
PDE	Ofício Circulado n.º 35096/2018	ISV	Novos códigos para a expedição/exportação de veículos
PDE	Ofício Circulado n.º 35093/2018	IEC	Regras especiais de introdução no consumo de produtos de tabaco
PDE	Ofício Circulado n.º 35094/2018	Direitos Aduaneiros	Circulação de bebidas não alcoólicas
PDE	Ofício Circulado n.º 15683/2019	Direitos Aduaneiros	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro

Síntese das Informações Vinculativas

Anexo	Imposto	Data	Artigo	Assunto
PDE	CFI	12/6/2018	23	Utilização do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) para um investimento iniciado em 2015 e terminado em 2016.
PDE	DR n.º 25/2009	12/6/2018	12	Prorrogação do prazo do Contrato de Concessão; ajustamento da vida útil dos ativos reventíveis afetos à concessão.
PDE	CIRC	12/6/2018	38	Ativo intangível com vida útil limitada: Desvalorização excecional.
PDE	CIRC	12/6/2018	31	Reavaliação, para efeitos fiscais, dos elementos patrimoniais de natureza fixa tangível afetos a contratos de concessão.
PDE	CIRC	12/6/2018	18	Alteração (voluntária) de política contabilística: consequências fiscais.
PDE	EBF	12/7/2018	19	Cumulatividade do benefício fiscal previsto no artigo 19.º do EBF com os incentivos ao emprego previstos no Decreto-Lei n.º 72/2017, de 21 de junho.
PDE	EBF	12/7/2018	59	Afetação a Comissões de festas de rendimentos derivados de terrenos baldios.
PDE	CFI	12/7/2018	30	Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR) - Aplicações relevantes (investimento de expansão da capacidade de armazenagem).
PDE	CFI	12/7/2018	28	Situação regularizada para efeitos do benefício da Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos.
PDE	CIRC	12/7/2018	94	Direitos de autor - Entidade intermediária na cobrança.
PDE	CIRC	12/7/2018	86-A	Regime simplificado de determinação da matéria coletável (Art.º 86.º-A do CIRC) e regime de participation exemption.
PDE	CIRC	12/7/2018	73	Operação transfronteiriça de permuta de partes sociais.
PDE	CIRC	12/7/2018	43	Fundo de Pensões.
PDE	CIRC	12/7/2018	43	Enquadramento dos gastos suportados com a cantina, incluindo o custo das refeições cuja confeção é subcontratada.
PDE	CIRC	12/7/2018	23	Despesas de honorários de advogado pagas após o seu falecimento.
PDE	CIRC	12/7/2018	21	Entrada de um imóvel para a realização do capital social.
PDE	CIRC	12/7/2018	6	Rendimentos a considerar como reserva ou fruição na administração de bens.
PDE	CIRC	12/7/2018	4	Tratamento fiscal de incrementos patrimoniais gratuitos, cujos beneficiários são pessoas coletivas não residentes, consubstanciados em quantias monetárias a concretizar por "trust", constituído para o efeito por nomeação de instância judicial inglesa, e ressaltantes de venda de imóvel sítio em Portugal e de conta bancária em instituição bancária não residente.
PDE	CIRC	12/7/2018	4	Extensão e obrigação de imposto.
PDE	CIRS	12/26/2018	2	Aquisição e atribuição de passe social a colaborador.
PDE	CIRS	12/26/2018	3	Atividade pecuária - Produção de leite.
PDE	CIRS	12/26/2018	3	Enquadramento de apoio pago pelo IEFO - "Medida Contrato-Emprego".
PDE	CIRS	12/26/2018	3	Subsídios e subvenções no âmbito da PAC.
PDE	CIRS	12/26/2018	3	Enquadramento de subsídio atribuído pelo IEFP.
PDE	CIRS	12/26/2018	3	Atividade suínicola - Contrato de serviços de recria e engorda de suínos.
PDE	CIRS	12/26/2018	3	Obrigações declarativas pelo exercício da atividade.
PDE	CIRS	12/26/2018	3	Enquadramentos da prestação de serviços das atividades de angariação e mediação imobiliária.
PDE	CIRS	12/26/2018	10	Alienação onerosa de imóveis – Obrigações do testamenteiro.
PDE	CIRS	12/26/2018	10	Reinvestimento do valor adveniente da alienação onerosa de quota parte de imóvel afeto a habitação própria e permanente.
PDE	CIRS	12/26/2018	28	Alojamento local - opção pela tributação de acordo com as regras estabelecidas para a categoria F - dedução de comissão por utilização de plataforma online.
PDE	CIRS	12/26/2018	55	Reporte de perdas em rendimentos de plataformas por não residente.
PDE	CIRS	12/26/2018	078-C	Despesa com a prática de natação.
PDE	CIRS	12/26/2018	078-D	Arrendamento de estudante deslocado – emissão de faturas.
PDE	CIRS	12/26/2018	102	Pagamentos por conta de categoria B.
PDE	EBF	12/26/2018	21	Reembolso PPR fora das condições legalmente previstas.
PDE	CIRS	12/21/2018	2	Pagamento de rendimentos de trabalho dependente a cabeça de casal por óbito do trabalhador.
PDE	CIRS	12/21/2018	3	Prémios atribuídos no âmbito de competições desportivas columbófilas.
PDE	CIRS	12/21/2018	8	Rendimentos prediais - Compropriedade.
PDE	CIRS	12/21/2018	8	Direito de Superfície - Rendimentos Prediais.
PDE	CIRS	12/21/2018	10	Reinvestimento - Sujeito Passivo Não Residente.
PDE	CIRS	12/21/2018	11	Pensões auferidas em Portugal por não residente - Obrigação declarativa.
PDE	CIRS	12/21/2018	15	Rendimentos obtidos no estrangeiro (Brasil) - Capitais e Pensões.
PDE	CIRS	12/21/2018	41	Encargo com certificado energético.
PDE	CIRS	12/21/2018	41	Reparação de Mobiliário e Eletrodomésticos.
PDE	CIRS	12/17/2018	2	Ajudas de custo atribuídas a juizes sociais.
PDE	CIRS	12/17/2018	3	Enquadramento da atividade de desportista - Treinador de futebol e "Scout".
PDE	CIRS	12/17/2018	3	Rendimento de categoria B - Contrato com empresa espanhola para promoção de mercadorias em território nacional.
PDE	CIRS	12/17/2018	3	Enquadramento de atividade com a CAE "71200 - Atividades de ensaios e análises técnicas".
PDE	CIRS	12/17/2018	24	Atribuição a trabalhador do uso de viatura automóvel pela entidade patronal.
PDE	CIRS	12/17/2018	31	Enquadramento da atividade de análise sensorial de rolinhas.
PDE	CIRS	12/17/2018	41	Despesas com imóvel de herança indivisa arrendado.
PDE	CIRS	12/17/2018	78	Despesa com a aquisição de bilhetes de comboio.
PDE	CIRS	12/17/2018	78	Despesa de educação - deslocação em avião.
PDE	CIRS	12/17/2018	78	Deduções à coleta que conferem direito a reembolso.
PDE	CIRS	12/17/2018	101	Retenção na fonte de IRS sobre rendimentos prediais - limite € 10.000.
PDE	CIRS	12/17/2018	101	Dispensa de retenção na fonte - Rendimentos prediais inferiores a € 10.000 auferidos por senhorio não residente.
PDE	CIRS	12/17/2018	115	Emissão de fatura-recibo de rendimentos provenientes da atividade de "explicador".
PDE	CIRS	12/6/2018	2	Rendimentos pagos a título de indemnização pelo Fundo de Garantia Salarial.
PDE	CIRS	12/6/2018	2	Rendimentos do trabalho dependente e de capitais pagos por um residente em Portugal, em consequência de uma decisão judicial do Tribunal Espanhol.
PDE	CIRS	12/6/2018	10	Alienação de imóvel - Reinvestimento da quota-parte.
PDE	CIRS	12/6/2018	13	Inaptidão para o trabalho e para angariação de meios de subsistência - Prova.
PDE	CIRS	12/6/2018	16	Suspensão do estatuto de residente não habitual
PDE	CIRS	12/6/2018	41	Rendimentos prediais - Deduções.
PDE	CIRS	12/6/2018	41	Despesas com imóvel arrendado - compropriedade.
PDE	CIRS	12/6/2018	078-E	Encargos com rendas de imóveis para habitação permanente.
PDE	CIRS	12/6/2018	81	Rendimentos de pensões auferidas no estrangeiro por residentes não habituais.
PDE	CIRS	12/6/2018	119	Alteração da residência fiscal do locador - Retenção na fonte.
PDE	CIVA	12/12/2018	18	Taxas – Prestações de serviços, relativas à utilização de trabalho temporário em plantação hortícola, florestal e de frutos secos, nomeadamente sementeira, seleção e classificação de plantas...
PDE	CIVA	12/11/2018	18	Taxas – Fatura é emitida ao adquirente dos bens ou destinatário dos serviços prestados, ou seja, a contraparte da relação jurídico-tributária, ainda que o pagamento seja total ou parcialmente efetuado por terceiro.
PDE	CIVA	12/11/2018	19	Direito à dedução - IVA suportado na aquisição de gasóleo para as viaturas afetas à atividade de "Transportes Rodoviários de Mercadorias".
PDE	CIVA	12/11/2018	9	Operações imobiliárias - Rendas de leasing - Cedência de posição contratual.
PDE	CIVA	12/11/2018	19	Direito à dedução – Exclusão - Aquisição de uma viatura comercial de 3 lugares, tendo em conta que se desloca ao domicílio das clientes com problemas de locomoção, para executar trabalhos no âmbito da atividade de cabeleireiro e estética.
PDE	CIVA	12/11/2018	2	Inversão do sujeito passivo – Serviços de Construção Civil - Vendeu e instalação de uma cobertura de piscinas.
PDE	CIVA	12/11/2018	18	Taxas – Prestações de serviços, relativas à utilização de trabalho temporário em plantação hortícola, florestal e de frutos secos, nomeadamente sementeira, seleção e classificação de plantas...
PDE	CIVA	12/11/2018	36	RBC – DT – As faturas emitidas por via eletrónica como documento de transporte, devem ser acompanhadas de exemplar da fatura em suporte de papel.
PDE	CIVA	12/11/2018	18	Taxas - Aquisição de material de socorro e salvamento adquirido por associações humanitárias e corporações de bombeiros.
PDE	CIVA	12/11/2018	3	Transmissão de bens – Delimitação negativa da incidência do imposto - Transmissão de uma unidade de negócio suscetível de constituir um ramo de atividade independente.
PDE	CIVA	12/11/2018	1	Enquadramento - Não aplicação do Regime dos bens em 2.º mão à comercialização de conchas e búzios de coleção, feita a colecionadores particulares e, esporadicamente, a sujeitos passivos e museus.
PDE	CIVA	12/11/2018	18	Taxas – Locação, «wet lease», de helicópteros para serviço de emergência médica, incluindo a tripulação dos helicópteros (pilotos) com exceção da tripulação médica, gestão da aeronavegabilidade permanente e manutenção das aeronaves.
PDE	CIVA	12/11/2018	4	Enquadramento – Operações realizadas por Associação sem fins lucrativos – Organização de um evento científico - Praticinos obtidos de várias empresas multinacionais.
PDE	CIVA	12/11/2018	9	Enquadramento - Prestações de serviços e transmissões de bens efetuadas no exercício da uma atividade habitual por lares residenciais, lares de idosos, centros de dia e centros de convívio para idosos- Ausência de alvará que permita ao exercício de qualquer uma das atividades designadas.
PDE	CIVA	12/11/2018	18	Enquadramento - Instalação das máquinas de ATM numa instalação de pagamento - Comissões auferidas pelo fornecimento de informação relativa a contactos de estabelecimentos comerciais e/ou proprietários de imóveis que disponham de locais candidatos à instalação de um ATM.
PDE	CIVA	12/11/2018	3	Amostras - Amostras (pares de sapatos) para clientes nacionais e intracomunitários, que são multiladas com um furo na sola e não são passíveis de serem comercializadas, visam apresentar/promover os bens produzidos.
PDE	CIVA	12/11/2018	18	Operações imobiliárias - Contraprestação devida pela utilização de espaço comercial - Operação não subsumível no conceito de simplices ou mera locação, sujeita a IVA e dele não isenta.
PDE	CIVA	12/11/2018	6	Localização de operações – Construção de casas do tipo modular (peça a peça) a implantar em França- RBC – DT – Transporte das peças para construção do bem.
PDE	CIVA	12/11/2018	18	Operações imobiliárias - Remuneração obtida pela utilização do espaço locado para comércio, centro comercial - Comparticipação proporcional, obtida nas despesas com os espaços comuns, relativa aos espaços locados.
PDE	CIVA	12/11/2018	2	Enquadramento - Empresa local, integralmente detida por um Município - Promoção, construção, renovação, reabilitação, beneficiação, gestão e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas do Município - Mercado e Mercado temporário -

Agenda Fiscal

janeiro 2019

Até ao dia 10

IRS

Declaração de Remunerações (AT)

As Entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente devem, por transmissão eletrónica de dados, apresentar a Declaração Mensal de Remunerações - AT.

IVA

Declaração Periódica

Periodicidade MENSAL

Envio por transmissão eletrónica de dados da declaração periódica relativa a NOVEMBRO de 2018.

(A obrigação do envio da declaração periódica subsiste, mesmo que não haja no período correspondente operações tributáveis).

Segurança Social

Declaração de Remunerações (SS)

Deve ser apresentada a declaração de remunerações relativa ao mês findo.

Até ao dia 15

IRS

Modelo 11

Entrega pelos Notários, Conservadores, Secretários Judiciais, Secretários Técnicos de Justiça e entidades e profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a registo predial ou que intervenham nas operações previstas nas alíneas b), e), f) e g) do n.º 1 do art.º 10.º do CIRS da relação dos atos praticados e das decisões transitadas em julgado, no mês anterior, suscetíveis de produzir rendimentos, através da declaração modelo 11, por transmissão eletrónica de dados.

Até ao dia 21

Diversos

FCT/FGCT

As entidades empregadoras aderentes com trabalhadores abrangidos por este regime, devem emitir o documento de pagamento das entregas previstas na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, relativo ao mês anterior, na página www.fundoscompensacao.pt e proceder ao respetivo pagamento.

Retenções de IRS e IRC e Imposto do Selo liquidado

As entidades que, no mês findo, fizeram a retenção do imposto incidente sobre rendimentos (de trabalho, empresariais e profissionais, de capitais, prediais, de pensões, de incrementos patrimoniais) pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos de IRS ou IRC, residentes ou não no território nacional, bem como aquelas a quem incumbe a liquidação do Imposto do Selo, devem apresentar a declaração de pagamento de retenções de IRS, IRC e Imposto do Selo, por transmissão eletrónica de dados, e entregar o imposto correspondente.

O pagamento do imposto deverá ser efetuado nas Tesourarias de Finanças, nos CTT, nas caixas Multibanco ou através do «Home Banking» dos bancos aderentes.

IRS

Comprovativo dos Rendimentos, Retenções e Deduções

Entrega, pelos devedores de rendimentos obrigados à retenção total ou parcial de imposto, aos sujeitos passivos, de documento comprovativo das importâncias pagas no ano anterior, do imposto retido na fonte e das deduções a que eventualmente tenha havido lugar.

Registo atualizado

Entrega, pelas entidades que suportem encargos, preços ou vantagens económicas referidas no n.º 4 do artigo 24.º do CIRS, aos sujeitos passivos, de cópia do registo atualizado, na parte que lhes diga respeito.

Entidades registadoras ou depositárias

Entrega, pelas entidades registadoras ou depositárias de valores mobiliários, aos investidores, de uma declaração onde constem os movimentos de registo efetuados no ano anterior.

IVA

Declaração Recapitulativa - Trimestral

Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal de tributação com periodicidade TRIMESTRAL que tiverem realizado operações intracomunitárias ou assimiladas e/ou prestações de serviços a sujeitos passivos sedeados noutro estado membro, devem enviar por transmissão eletrónica de dados esta declaração, relativa ao 4.º TRIMESTRE (outubro a dezembro) de 2018.

Quando o montante total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração recapitulativa atingir ou exceder € 50.000, no trimestre em curso ou nos quatro anteriores, a sua periodicidade é alterada para mensal.

Declaração Recapitulativa

Periodicidade MENSAL

Os sujeitos passivos que tiverem realizado operações intracomunitárias ou assimiladas e/ou prestações de serviços a sujeitos passivos sedeados noutro estado membro, devem enviar por transmissão eletrónica de dados esta declaração relativa ao mês anterior.

Comunicação de Faturas

Os sujeitos passivos de IVA devem comunicar à AT, por transmissão eletrónica de dados, os elementos das faturas emitidas no mês anterior.

Segurança Social

Pagamento

Deve ser pago o valor inscrito na declaração de remunerações apresentada este mês e respeitante ao mês anterior.

Até ao dia 31

Imposto do Selo

Requerentes da Suspensão de Processos de Liquidação

Os requerentes da suspensão de processos de liquidação do imposto com fundamento em litígios judiciais pendentes, devem, se os litígios ainda durarem, apresentar na repartição de finanças competente, novas certidões do estado das causas.

IRS

Declarações modelos 45, 46 e 47

Até ao final do mês de janeiro, devem ser apresentadas as declarações modelos 45, 46 e 47 (comunicação de despesas de saúde, comunicação de despesas de formação e de educação e comunicação de encargos com lares, respetivamente) pelos estabelecimentos públicos de saúde, instituições de ensino público e instituições de apoio social públicas, bem como pelas entidades privadas que exercem estas atividades, dispensadas da emissão de fatura, fatura-recibo ou recibo, cujos montantes são considerados dedutíveis para efeitos dos artigos 78.º-C, 78.º-D e 84.º do CIRS.

Declaração Modelo 37

Para efeitos do n.º 1 do Art.º 127.º do CIRS, AS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO, COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO, EMPRESAS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA, EMPRESAS DE SEGUROS E EMPRESAS GESTORAS DOS FUNDOS E DE OUTROS REGIMES COMPLEMENTARES REFERIDOS NOS ARTIGOS 16.º, 17.º E 21.º DO EBF, incluindo as associações mutualistas e instituições sem fins lucrativos que prestem cuidados de saúde, e as demais entidades que possam participar em despesas de saúde, devem entregar (por transmissão eletrónica de dados) a declaração Modelo 37.

Declaração de Rendas

Os senhorios que estejam dispensados e que não tenham optado pela emissão do recibo eletrónico de rendas, devem apresentar em suporte de papel ou por transmissão eletrónica de dados, a declaração modelo 44, referente ao ano anterior.

Esta declaração deve também ser apresentada pelas entidades dispensadas da obrigação de emissão de fatura, a que se refere o artigo 78.º-E do CIRS.

IRS/IRC

Declaração Modelo 10

Os sujeitos passivos de IRC e de IRS devem entregar à AT, até ao final do mês de janeiro, a declaração modelo 10 referente aos rendimentos disponibilizados no ano anterior e respetivas retenções (exceto trabalho dependente), de acordo com o n.º 1, alínea c), subalínea ii) do art.º 119.º do CIRS.

A apresentação desta declaração deve ser feita via internet, sendo permitida a entrega em suporte de papel para os sujeitos passivos de IRS que não tenham auferido rendimentos empresariais ou profissionais, mas estejam obrigados a efetuar retenção na fonte e não tenham optado pela entrega da DMR.

IUC

Liquidação e pagamento

Os sujeitos passivos do Imposto Único de Circulação (IUC) relativo aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra durante este mês, devem proceder à sua liquidação e pagamento.

IVA

Declaração de Alterações

Entrega da declaração de alterações pelos sujeitos passivos que estando no regime de isenção do art.º 53.º do CIVA, tenham no ano anterior ultrapassado os limites nele estabelecidos, bem como pelos abrangidos pelo regime dos pequenos retalhistas e que tenham ultrapassado, em 2018, o volume de compras aí estabelecido.

Comunicação dos inventários

As pessoas, singulares ou coletivas, que tenham sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal em território português, que disponham de contabilidade organizada, tendo obtido um volume de negócios igual ou superior a 100.000,00 € no exercício anterior e estejam obrigadas à elaboração de inventário, devem comunicar à AT, até ao dia 31 de janeiro, por transmissão eletrónica de dados, o inventário respeitante ao último dia do exercício anterior, através de ficheiro com as características e estrutura definidas pela Portaria n.º 2/2015, de 6 de janeiro.

Regime Forfetário dos Produtores Agrícolas

Os produtores agrícolas enquadrados no regime normal que, reunindo as condições para beneficiar do regime especial de isenção, pretendam optar pelo Regime Forfetário dos Produtores Agrícolas, devem apresentar uma declaração de alterações até ao final de janeiro.

Notas

Os valores monetários expressos nas guias ou declarações devem ser indicados em euros. Não foram considerados os feriados municipais. As informações constantes deste documento são passíveis de ser alteradas, nomeadamente nos prazos, por força de legislação que vier a ser produzida.